

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.912 - RS (2019/0300377-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : TIAGO DO AMARAL SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TIAGO DO AMARAL SANTANA apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por ocasião do julgamento do Agravo em Execução Penal n.º 70082219650.

Consta dos autos que o Juízo da execução deferiu ao paciente o livramento condicional (fls. 32/33).

A Corte de origem deu provimento ao recurso ministerial para revogar o benefício (fls. 90/95).

Nesta via, sustenta a impetrante, em síntese, a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento do livramento condicional ao paciente, visto que foram preenchidos os requisitos legais previstos no art. 83 do Código Penal.

Assevera que *"a decisão guerreada, que cassou a benesse do ora paciente, não se coaduna com a norma do artigo 112 da LEP, bem como não está de acordo com o memorável entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre a questão, posto que preenchido o requisito objetivo e subjetivo, ante o atestado de bom comportamento carcerário, emitido pelo diretor do estabelecimento penitenciário e avaliações psicossociais favoráveis apresentadas"* (fl. 6).

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja reconhecido o direito do reeducando ao livramento condicional.

Liminar indeferida (fls. 293/294).

As informações prestadas às fls. 298/324 e 330/333.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 335/336.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105 da Constituição da República, circunstância que impede o seu conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício do Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Verifica-se que o Tribunal de origem revogou o livramento condicional sob o fundamento da prática de faltas graves, bem como a prática de novo crime ao ser beneficiado

Superior Tribunal de Justiça

com regime prisional mais brando, mostrando-se prematuro o deferimento do benefício (fls. 94/95):

*Não é vedado ao magistrado que se utilize de outros elementos para que firme seu convencimento acerca da possibilidade de conceder a benesse, in casu, **não podemos olvidar que o apenado teria praticado novo delito quando agraciado com regime carcerário mais brando**, o que demonstra sua falta de aptidão, ao menos por ora, para retornar ao convívio social.*

*Assim, tendo o apenado se envolvido em novo delito, ainda que em apuração, não se mostra recomendável a concessão do livramento condicional, **considerando que a prática de faltas graves demonstra que ele não se encontra preparado para ingressar no último estágio da execução penal**. Portanto, constata-se que o agravante não revela a responsabilidade e disciplina necessárias para a concessão da benesse, mostrando-se prematura, portanto, a sua concessão.*

Desse modo, como já mencionado, resta inadimplido o requisito subjetivo exigido para a concessão do livramento condicional, eis que o condenado não revela o necessário grau de recuperação e aptidão ao retorno à vida social, mostrando-se a concessão da benesse precoce e prejudicial à sociedade, a teor do artigo 83-III, do CP.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo ministerial, para o fim de cassar o livramento condicional concedido ao apenado.

É o voto.

Segundo a dicção do art. 112 da Lei de Execução Penal, cuja regra se aplica para fins de livramento condicional por força de seu § 2º, para que o reeducando faça jus a tal benefício é necessário o preenchimento de requisitos objetivo e subjetivo.

No que tange ao requisito subjetivo, de acordo com o aludido dispositivo legal, este é aferido através de atestado de bom comportamento carcerário expedido pelo diretor do estabelecimento no qual o condenado cumpre sua sanção privativa de liberdade.

No entanto, não é vedado ao magistrado o indeferimento do benefício quando, a despeito do reeducando apresentar atestado de bom comportamento carcerário, entender não implementado o requisito subjetivo, desde que aponte peculiaridades da situação fática que demonstrem a ausência de mérito do condenado, como ocorre no caso dos autos.

Nesse sentido, vejam-se:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA. QUATRO FALTAS GRAVES. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. NECESSIDADE DE

Superior Tribunal de Justiça

REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIÁVEL NA VIA DO HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A MODIFICAR A DECISÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que o cometimento de falta grave no curso da execução, conquanto não interrompa o lapso temporal para o livramento condicional (Súmula 441/STJ), pode impedir a concessão do benefício, por ausência do requisito subjetivo, nos termos do art. 83, III, do CP.

II - Na hipótese vertente, as instâncias ordinárias indeferiram o pedido de livramento condicional com fundamento na ausência de requisito subjetivo, porquanto o paciente praticou quatro faltas graves, das quais duas foram de fuga e as outras duas, cometimento de novos crimes.

III - Também é firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de que é inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo para o livramento condicional ou outro benefício, uma vez que tal providência implica reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita. Precedentes.

IV - No presente agravo regimental não foram impugnados os fundamentos da decisão agravada, nem tampouco foram apresentados argumentos aptos a modificá-la.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 475.608/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 19/02/2019)

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. PRÁTICA DE FALTAS DISCIPLINARES DE NATUREZA GRAVE. INDEFERIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Admite-se o indeferimento do livramento condicional com base em fundamentos concretos, que evidenciem o não preenchimento do requisito subjetivo, como o histórico prisional de fuga e reiteração delitiva durante o cumprimento da pena.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1711725/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/09/2018)

Destaque-se que o Colegiado *a quo* entendeu, dentro de sua discricionariedade, que o paciente não faz jus ao livramento condicional, pois não demonstrou comportamento satisfatório durante a execução da pena, visto que "*não podemos olvidar que o apenado teria praticado novo delito quando agraciado com regime carcerário mais brando*" (fl. 94).

Superior Tribunal de Justiça

Por tais razões, não se verifica no acórdão objurgado constrangimento ilegal a ser reparado, de ofício, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator

